

Queria dar essa sugestão, porque não podemos manter esse ritmo. Isso descredita a política e entramos no que o grande irmão do norte quer, que o povo brasileiro fique despolitizado, que ninguém participe da vida pública no Brasil, que achem que ninguém presta, que todos são corruptos. Aí o Estado brasileiro vai se definindo e os interesses das grandes multinacionais, das corporações que estão aqui arrancando nossos recursos naturais vão campear soltos no Brasil e nós vamos continuar como sempre foi ao longo desses 500 anos: um País sentado em cima de um patrimônio cultural riquíssimo, mas com um povo extremamente pobre, com 30% da população vivendo uma vida de humilhação.

Parabéns a vocês que vieram aqui hoje.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Fernando Copez.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder, para discutir contra.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha na Assembleia, que são os trabalhadores da Cultura, alunos, professores, pessoal preocupado com a destinação de recursos tão parcos à área da Cultura, presidi até 14 de março a Comissão de Educação e Cultura da Assembleia. Ao presidir essa comissão, passei a ter assento no Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta. Esse conselho é composto por lideranças expressivas do movimento cultural, seja atuando por meio de ações institucionais, seja em diferentes áreas da produção cultural.

Estive em várias reuniões e pude constatar a aflição da Fundação Padre Anchieta com os recursos a ela disponibilizados, os quais vêm se mostrando muito aquém do necessário. Chegou a tal ponto a situação que - em determinada reunião, na presença do secretário da Fazenda - o secretário da Cultura, colocando em debate o financiamento insuficiente da Secretaria da Cultura e da Fundação Padre Anchieta, apelou para que nós, deputados estaduais, encontrássemos algum mecanismo para que as emendas parlamentares destinadas a tais órgãos fossem efetivamente liberadas.

Vejam a que ponto chegou a questão do financiamento da área da Cultura no estado de São Paulo, uma vez que até mesmo as emendas parlamentares passaram a ter alguma importância. Isso ocorreu no debate que – reitero - contou com as presenças dos secretários da Fazenda, da Cultura e da Educação.

Deu-se um debate muito interessante. Por que não se financia a Cultura? Por que, no momento em que se faz um contingenciamento de verbas, a área da Cultura é uma das primeiras a sofrer? Em qual medida a Secretaria de Estado da Educação, que tem recursos vinculados, poderia manter projetos articulados com a Secretaria da Cultura, de tal forma que ela não sofresse tanto com esse corte e contingenciamento orçamentário?

Foi feito um apelo para que os deputados que lá estavam encontrassem algum mecanismo para que o Governo do Estado liberasse efetivamente as emendas parlamentares que nós, deputados de diferentes partidos políticos, apresentamos em benefício da área da Cultura, da Fundação Padre Anchieta e, particularmente, da TV Cultura.

Por que estou levantando esses aspectos? Porque a Fundação Padre Anchieta é mais uma das fundações que vêm sendo preteridas e prejudicadas dentro dessa lógica de governo. Nós estamos tratando nesse projeto de mais uma proposta de extinção de órgão dentro do Governo do Estado de São Paulo, sem que se faça um debate aprofundado sobre o trabalho que esses órgãos, sejam eles fundações ou não, desenvolvem e a quem eles beneficiam.

Observem que o Projeto de lei nº 681, de 2013, que ora analisamos trata da extinção da Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades, mais conhecida como Sutaco, a qual ficou instalada durante muito tempo no Parque da Água Branca. Esteve à sua frente a ex-vereadora Soninha Francine, que fez um belo trabalho. Quando ela era a responsável pela Sutaco, em nenhum momento se levantou o argumento de que aquele trabalho não valia a pena, de que envolvia uma população marginal e de que não possuía um impacto do ponto de vista da economia informal no estado de São Paulo.

Por várias vezes vimos o ex-governador José Serra elogiar o trabalho que estava sendo realizado na Sutaco. Pergunto-me sobre o motivo para que esteja ocorrendo, neste momento, essa febre de extinção de órgãos. Parece que o governador Geraldo Alckmin e o seu governo resolveram exterminar órgãos que vinham fazendo um trabalho que poderia ser modificado e aprimorado, incrementando e articulando ações dentro de uma política matricial que envolvesse várias áreas de políticas públicas e secretarias. Ora, poder-se-ia até mesmo realocar a Sutaco para outra secretaria de estado, como foi proposto por uma emenda da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Hoje, o “Diário do Legislativo do Estado de São Paulo” trouxe a prestação de contas do Plano Plurianual do período 2011-2014. Essa prestação de contas vai da página 22 à página 50 do “Diário do Legislativo”. Sugiro a vocês que nos acompanham da galeria e às assessorias dos deputados que façam uma análise da execução do Plano Plurianual, neste momento em que vamos abrir a discussão do novo Plano Plurianual referente ao período de 2015 a 2018.

O gasto com a área de Cultura é um gasto indefensável. Não é possível dizermos que há alguma prioridade para a área da Cultura quando analisamos os recursos efetivamente gastos com a Secretaria de Estado da Cultura ou destinados a uma fundação a ela vinculada, como é o caso da Fundação Padre Anchieta. Sabemos que a TV Cultura tem potencial para expandir o seu trabalho. A TV Cultura teria condiçôrd, hoje, de se transformar em uma TV aberta voltada, sobretudo, ao segmento “C”, aquele que ascendeu socialmente nesses 12 anos dos governos Lula e Dilma.

E não é o deputado Carlos Neder que está falando: foi apresentado no conselho curador da Fundação Padre Anchieta um estudo feito pelo instituto Data Popular com detalhes que deveriam ser trazidos ao conhecimento de todos os deputados: nesse debate ficamos sabendo qual é a realidade hoje da TV Cultura e da Fundação Padre Anchieta, com qual público ela poderia dialogar, que condições seriam necessárias para que a TV Cultura pudesse atingir, por meio de um canal aberto, o conjunto da população e por que isso não acontece. Não acontece porque ela não dispõe de recursos orçamentários e não tem apoio logístico suficiente para que possa ocupar esse espaço na competição desigual que se estabelece com outras emissoras, que são emissoras comerciais, em que pese elas sejam concessões públicas.

E aqui, abrimos outro debate sobre a concessão de canais de rádio e televisão no Brasil, a necessidade de democratização dos meios de comunicação e a falta de controle sobre o uso que se faz desses recursos públicos em favor de grupos privados, especialmente grupos familiares que são defendidos por deputados federais e senadores eleitos com o apoio dessas instituições cujo poder, insisto, decorre de concessões públicas. (Manifestação nas galerias.)

Os nossos amigos que aqui estão não estão pedindo uma autorização para poder ter uma rádio comercial ou sequer uma rádio comunitária. Estão pedindo algo muito mais simples: que tenhamos em São Paulo um Sistema Estadual de Cultura, que tenhamos um debate democrático do Plano Estadual de Cultura, que coloquemos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual recursos condizentes com a possibilidade, trazida pela ação dos trabalhadores em Cultura, de termos qualidade de vida, respeito à cidadania, políticas de Saúde, Educação, inclusão social e respeito aos direitos das pessoas, resgatando e abrindo possibilidades para que as pessoas sejam criativas e contribuam para uma sociedade melhor.

Infelizmente, não é o que se debate hoje. Aqui, a proposta é pura e simplesmente a extinção de um órgão cujo peso orçamentário é minúsculo a ponto de justificar essa extinção com o argumento do ajuste fiscal, como bem disse o deputado Raul Marcelo, do PSOL.

É exatamente o mesmo argumento que se está utilizando para propor a extinção da Fundap e do Cepam. Contraditoriamente, o Governo do Estado solicitou à Fundap e ao Cepam que elaborassem a proposta do Plano Plurianual. Esses dois órgãos que o Governo quer extinguir, nesse momento, estão debruçados na análise do que foi o Plano Plurianual do período dos quatros anos anteriores e do que deve ser o novo plano.

Imaginem a situação dos pesquisadores, dos técnicos e dos trabalhadores do Cepam e da Fundap, que lá estão sabendo que serão demitidos logo adiante, com a votação da extinção, aqui na Assembleia Legislativa, desses dois órgãos. Aliás, algumas demissões já aconteceram. Deputados poderiam dizer que a Assembleia Legislativa vai apenas votar a autorização legislativa para a extinção e delegar ao Poder Executivo as medidas que daí decorrem, como, por exemplo, o reaproveitamento dos trabalhadores.

Quero aqui informar - e teremos uma audiência pública amanhã à tarde, dia 30/4, na Assembleia Legislativa, Auditório Franco Montoro, a partir das 15 horas - que as demissões já estão acontecendo, tanto no Cepam quanto na Fundap. Estão sendo demitidos profissionais competentes, profissionais que colaboraram com prefeitos, presidentes de Câmaras Municipais, com vereadores, com secretarias e órgãos estaduais que sempre se utilizaram desses órgãos para o planejamento e a produção de políticas públicas muitas vezes suprimindo inclusive a ausência, a carência de técnicos com essa formação em âmbito municipal. Então eu vejo ações contraditórias.

Não fica muito claro por que dentre tantas prioridades o governo exterminador resolve matar mais uma dessas fundações ou mais uma dessas autarquias, mais um órgão público, nesse caso com o agravante da Sutaco desenvolver trabalho voltado à população carente que atua no mercado informal de trabalho, na perspectiva da economia solidária e que - já fiz aqui esse reconhecimento - funcionou a contento quando a ex-vereadora Soninha Francini esteve à frente do órgãos, o que nos legitima perguntar por que não é possível retomar esse trabalho numa outra dimensão, eventualmente numa outra secretaria quando se agudiza a crise econômica, com o aumento do desemprego e maior contingente da população no mercado informal de trabalho?

Tão importante quanto ter um Banco do Povo no estado de São Paulo é fazer um trabalho integrado com outras políticas públicas, como é o caso dessas relacionadas à área de desenvolvimento social, como é o caso da Sutaco, que deveria estar vinculada a essa Secretaria e não a outra.

Nesse sentido, eu gostaria de fazer uma última consideração.

Diferentemente do projeto que propõe a extinção do Cepam e da Fundap - e S. Exa. o presidente da Assembleia Legislativa de maneira correta resolveu chamar uma audiência pública que vai acontecer amanhã por ele presidida e que só faz sentido com a presença de representantes do Governo do Estado - esse projeto tramita na Assembleia Legislativa desde o dia 27 de setembro de 2013 e, pasmem, nenhuma audiência pública foi realizada chamando ex-dirigentes da Sutaco, inclusive a ex-diretora Soninha Francini, para dizerem por que lá estiveram, que trabalho desenvolveram, se acham correta a decisão de extinguir esse órgão, se o Parlamento estadual deveria ou não aprimorar o funcionamento desse órgão e qual é a economia que decorre da extinção de um órgão que tem como orçamento o valor aqui apresentado.

No caso da Fundap e do Cepam estamos falando de um impacto de 0,01% do seu quadro de pessoal no orçamento estadual. Poderíamos discutir a utilização de maisrecursos para apoiar as oficinas culturais, para apoiar o ProAC, para dar condição de protagonismo para os trabalhadores da cultura. É isso que a população espera do Parlamento estadual. A população espera do Parlamento estadual que não seja subserviente, que tenha a liberdade da palavra, que tenha pluralidade de ideias, que analise os melhores caminhos para retomar políticas públicas que sejam do interesse da maioria da população.

Mais do que isso: retomar o respeito a esta instituição que, infelizmente, vem se perdendo com o tempo e por quê? Porque na medida em que nos colocamos de joelhos diante das exigências do Poder Executivo deixamos de votar temas relevantes, inclusive em projetos de deputados. Deputados das mais diferentes bancadas têm projetos muito interessantes que não são levados adiante, que não são votados ou quando votados são vetados pelo governador Geraldo Alckmin, fato que se repete quando não valorizamos o que produzimos e somos obrigados a aprovar projetos de menor importância como este que, infelizmente, está sendo priorizado neste momento.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Não havendo mais oradores inscrito, está encerrada a discussão. Em votação.

Há sobre a mesa o seguinte requerimento de processo de votação: “Requeiro, nos termos regimentais, que a votação do PL 681/13, constante da presente Ordem do Dia, se processe na seguinte conformidade:

- Projeto de lei 681/13, salvo emenda e parte destacada;
- Emenda nº 1,
- Destacadamente a expressão “até” do Parágrafo Único do artigo único das Disposições Transitórias.

Assina o líder do Governo deputado Cauê Macris.”
Em votação o requerimento. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação o item 1 do requerimento: Projeto de lei 681/13, salvo emenda e parte destacada. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, requeiro uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como “sim”, os que forem contrários como “não”.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Sr. Presidente, para registrar a obstrução do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Está registrada a obstrução do PCdoB.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, para registrar a obstrução do PSD.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a obstrução do PSD.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, para registrar a obstrução do PMDB .

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a obstrução do PSDB.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - PRB - Sr. Presidente, para manifestar a obstrução do PRB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a obstrução do PRB.

O SR. MÁRCIO CAMARGO - PSC - Sr. Presidente, para manifestar a obstrução do PSC.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a obstrução do PSC.

O SR. MARCOS DAMASIO - PR - Sr. Presidente, para manifestar a obstrução do PR.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a obstrução do PR.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Sr. Presidente, para registrar a obstrução do SD.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a obstrução do SD.

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - Sr. Presidente, para registrar a obstrução do DEM.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Registrada a obstrução do DEM.

O SR. GERALDO CRUZ - PT - Sr. Presidente, declaro obstrução da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra obstrução da bancada do PT.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, declaro obstrução da bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra obstrução da bancada do PSOL.

O SR. IGOR SOARES - PTN - Sr. Presidente, declaro obstrução da bancada do PTN.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência registra obstrução da bancada do PTN.

O SR. REINALDO ALGUZ - PV - Sr. Presidente, declaro obstrução da bancada do PV.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A obstrução da bancada do PV já foi declarada.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, quero indagar Vossa Excelência. Temos alguns deputados em plenário que ainda não realizaram os seus votos. Estando eles no plenário, quero saber se esses deputados são ou não obrigados a votar.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O voto é facultativo. É uma prerrogativa do deputado.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, participaram do processo de votação 47 Srs. Deputados: 44 votaram “sim”, dois votaram “não” e este deputado na Presidência, quórum insuficiente para a aprovação do projeto.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Sr. Presidente, gostaria de saber de V. Exa. sobre a possibilidade de pautar esse projeto em uma segunda sessão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - A segunda sessão extraordinária será convocada na primeira sessão extraordinária.

O SR. CAUÊ MACRIS - PSDB - Perfeito.

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, lembrando V. Exas. da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão.

Está levantada a sessão.

\* \* \*

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 51 minutos.

\* \* \*

## 29 DE ABRIL DE 2015

### 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**Presidente:** FERNANDO CAPEZ

### RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Abre a sessão. Dá conhecimento de duas emendas ao PLC 49/14, que retorna ao exame das Comissões, ficando adiada sua apreciação. Encerra a sessão.

\* \* \*

- Abre a sessão o Sr. Fernando Copez.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

\* \* \*

### ORDEM DO DIA

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Item 1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 49, de 2014, de autoria do Tribunal de Justiça. Altera a denominação dos Foros Distritais do Interior e a entrada de Unidades Judiciárias do Estado. Com 11 emendas. Parecer nº 272, de 2015, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável ao projeto e contrário às emendas.

Há sobre a mesa duas emendas de plenário, razão pela qual o projeto retorna às comissões, tornando sem objeto a presente sessão.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, lembra V. Exas. da sessão ordinária de amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

\* \* \*

- Encerra-se a sessão às 20 horas e 13 minutos.

\* \* \*

## 30 DE ABRIL DE 2015

### 30ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidentes:** ANALICE FERNANDES

**Secretário:** CORONEL CAMILO

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ANALICE FERNANDES

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CORONEL TELHADA

Parabeniza o 1º Grupamento de Bombeiros em São Paulo, pelo seu aniversário. Informa que no dia 6/5 deve participar de palestra em Brasília sobre a maioridade penal, à qual se manifesta favorável. Mostra e comenta matéria da “Folha de S. Paulo” sobre operação policial na “cracolândia”. Sugere a intenação compulsória para dependentes químicos como solução para o problema.
3 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES
Anuncia a presença da mãe do deputado Márcio Camargo, Maria Aparecida Camargo; de suas irmãs Sônia e Eliana Camargo; e de sua sobrinha Ana Luiza Camargo.
4 - MÁRCIO CAMARGO

Para comunicação, cumprimento as mulheres pelo Dia Nacional da Mulher. Lembra a realização de sessão solene no dia 11/5 com a finalidade de comemorar o Dia Internacional da Família.

5 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Parabeniza o prefeito de Cotia, Antonio Carlos de Camargo, pelo trabalho desenvolvido no município.

6 - LECI BRANDÃO

Lembra que o dia 28/4 fora o Dia Nacional da Educação. Lamenta agressão sofrida por professores em mobilização no Paraná. Comenta que segue sem avanços diálogo entre os servidores da Educação e o Executivo paulista. Registra apoio à luta do Magistério.

7 - ORLANDO BOLÇONE

Mostra e faz comentário sobre o livro “Qual é a tua obra?”, de Mario Sergio Cortella. Reflete sobre a importância do trabalho na vida da humanidade. Tece comentários sobre as lutas pelos direitos trabalhistas no Brasil. Saúda os trabalhadores pelo Dia do Trabalho.

8 - DAVI ZAIA

Anuncia o início do processo de fusão dos partidos PPS e PSB. Manifesta expectativa de fortalecimento político da nova legenda. Destaca a importância da proibidade na política.

9 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Deseja sucesso à fusão dos partidos PPS e PSB.

10 - CORONEL TELHADA

Lamenta conflitos ocorridos em protestos de professores do Paraná. Considera que as maiores dificuldades enfrentadas pela Polícia Militar ocorrem durante reintegrações de posse e manifestações populares. Ressalta que o dever da Polícia é manter a Ordem e defender o patrimônio público. Repudia atos de violência durante manifestações. Lembra que policial militar fora ferido durante mobilização de profressores, nesta Casa.

11 - CORONEL TELHADA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

12 - PRESIDENTE ANALICE FERNANDES

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 04/05, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

\* \* \*

- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Analice Fernandes.

\* \* \*

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Camilo para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL CAMILO - PSD - Procedê à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

\* \* \*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\* \* \*

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Srs.

Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre Deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rilto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Massafera. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Analice Fernandes. (Ma Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando Machado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Turco. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jojji Hato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Assembleia Legislativa, pessoal da imprensa, telespectadores da TV Assembleia, nesta tarde alvissareira estaremos aqui passando algumas comunicações aos senhores.

A primeira é que hoje de manhã estivemos no aniversário do Primeiro Grupamento de Bombeiros. O Primeiro GB, como nós chamamos na Polícia Militar, completou 135 anos. É um dos batalhões mais antigos da Polícia Militar.

Não precisamos dizer que o nosso Corpo de Bombeiros é “hors-concours” no atendimento ao público e no fator de amor que a população de São Paulo tem por suas instituições.

O Corpo de Bombeiros é uma instituição muito querida. Não podemos deixar de registrar aqui os parabéns ao Primeiro GB e, em especial, ao Tenente-Coronel Saulo Tourato, que é o comandante daquela unidade. Parabéns a todos os praças e oficiais que estiveram conosco lá e que neste momento estão lutando pelo bem-estar de São Paulo.

Eu queria trazer dois assuntos, Sra. Presidente, se a senhora me permitir.

O primeiro assunto é que na quarta-feira que vem, no próximo dia 6 de maio, eu fui convidado pelo deputado federal Guilherme Mussi e nós estaremos em Brasília participando de um bate-papo, de uma palestra, sobre maioridade penal, apresentando nosso ponto de vista.

Como todos sabem, eu sou favorável à diminuição da maioridade penal. Aliás, eu acho que nem deveríamos ter maioridade penal. Entendo que toda pessoa sabe muito bem o que está fazendo, o que é certo e errado.

Então, desde que a pessoa cometesse o crime, ela deveria responder pelo crime, no caso de crime hediondo, lógico. Por homicídio, sequestro, enfim, crimes graves, essas pessoas deveriam responder como se maiores fossem.

Mas como a legislação no Brasil determina uma idade e eles a estão querendo diminuir para dezesseis anos, eu acho que é o ideal. Para mim, deveria diminuir para catorze anos. Mas já que querem diminuir para dezesseis, eu acho ideal.

Eu me espanto, Sra. Presidente, quando eu vejo várias entidades e várias pessoas públicas contra a diminuição da maioridade penal, alegando que estamos cometendo uma arbitrariedade.

Eu não sei por que tanta preocupação com essa diminuição da maioridade penal porque estamos falando de criminosos. Nós não estamos falando de crianças que serão ofendidas ou prejudicadas com a diminuição da maioridade penal.

Estamos falando de cidadãos, de criaturas humanas, que cometem crimes e que devem ser punidos, sim, pelos seus crimes. Se hoje a tendência é diminuir a maioridade para 16 anos, eu sou plenamente favorável, aliás, como 93 por cento da população brasileira.

Hoje mesmo, nos jornais, eu vi que algumas entidades andaram distribuindo cartazes e fazendo protestos contra a diminuição da maioridade penal. Eu me pergunto e me espanto, porque quem defende bandido, para mim, ou ganha alguma coisa fazendo isso ou tem interesse em defender bandido. Eu não sei qual é.

Meu interesse é defender a população de bem. Quem defende bandido, que corra atrás do prejuízo, mas já passou da hora de nós diminuirmos essa maioridade penal. O ECA foi criado em 1990. Está em voga há 25 anos.